



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Data da reunião: 21/05/2025
Presidente: Senadora Damares Alves

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PL 2621/2023 Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Plínio Valério	Favorável ao Projeto.	O PL acrescenta o inciso XII ao § 4º do art. 18 do Estatuto da Pessoa com Deficiência para prever, entre as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência, a distribuição do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas. Tramitação: CDH e CAS. - Em 14/05/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.
2	PL 5172/2023 Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais. Autoria: Senador Romário [tramitação] Não Terminativo	Senadora Professora Dorinha Seabra	Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.	O PL visa a inserir o § 3º no art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência para vedar a incidência de multas contratuais ou custos financeiros para a pessoa com deficiência que, por situações decorrentes da sua condição, venha a suspender, cancelar ou desistir de cursos em instituições públicas ou privadas. A relatora é favorável à matéria com emenda de ajuste redacional da ementa do projeto. Tramitação: CDH e terminativo na CAE. - Em 14/05/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.

Data da reunião: 21/05/2025

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	PL 2880/2023 Ementa: Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senadora Professora Dorinha Seabra	Favorável ao projeto.	O PL acrescenta parágrafo único ao art. 23 da Lei 11.343/2006 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD), para dispor sobre criação de programa específico de assistência multiprofissional e interdisciplinar voltado a mulheres usuárias e dependentes de álcool, em consonância com os princípios da universalidade e da integralidade previstos no art. 22 da norma. Tramitação: CDH e CAS. - Em 14/05/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.
4	PL 1773/2022 Ementa: Institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA). Autoria: Senador Alessandro Vieira [tramitação] Não Terminativo	Senador Eduardo Girão	Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.	O projeto dispõe sobre a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes, constituída de conjunto de normas integradas de iniciativas públicas dedicadas ao cuidado com a saúde mental de crianças e de adolescentes. A proposição contém seis princípios, incluindo atenção integral às necessidades psicossociais de crianças e adolescentes. Entre os objetivos, destaca-se a proteção ao bem-estar psicossocial de crianças e adolescentes, a prevenção e o monitoramento do suicídio, assim como a criação de indicadores voltados para o acompanhamento e a avaliação das medidas propostas pela lei. O projeto dispõe sobre os mecanismos de atuação, a saber: abertura de canais de comunicação que ofereçam assistência e informações às crianças e adolescentes, bem como que recebam avisos de alerta sobre situações de risco; inserção da “semana do diálogo” no calendário da educação básica; e, por fim, a garantia e o fortalecimento de centros diversos de oferta de assistência social. O relator é favorável à matéria com emenda que corrige lacuna legal sobre pesquisa científica desse tema, e oferece cuidados de posvenção, para apoiar a família de quem se suicidou ou a quem sobreviveu a tal tentativa. Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CAS.
5	PL 6477/2019 Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir entre os efeitos da condenação a proibição de exercício de atividade profissional vinculada a criança ou a adolescente pelo condenado por crime contra a dignidade sexual dessas pessoas. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senadora Damares Alves	Favorável ao projeto.	O PL visa a incluir novo inciso no <i>caput</i> do art. 92 do Código Penal para prever, como um dos efeitos da condenação, a proibição do exercício de atividade profissional, remunerada ou não, vinculada a criança ou a adolescente, nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e de adolescentes previstos no Código Penal e nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tramitação: CDH e CCJ.
6	PL 2799/2024 Ementa: Altera a Lei nº 14.899, de 17 de junho de 2024, para incluir mulheres indígenas e mulheres de povos e comunidades tradicionais nos planos de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Assim, estabelece que os planos de metas deverão contemplar mulheres	Senador Zequinha Marinho	Pela aprovação do projeto.	O PL visa a incluir mulheres indígenas e mulheres de povos e comunidades tradicionais nos planos de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Assim, estabelece que os planos de metas deverão contemplar mulheres

Data da reunião: 21/05/2025

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Terminativo			indígenas e mulheres de povos e comunidades tradicionais, levando em conta questões socioculturais, diversidades e especificidades de cada povo, estabelecendo processo de escuta pelos órgãos de governo para qualificação de ações específicas. Prevê que os órgãos responsáveis pela política indigenista e os responsáveis pelas políticas de proteção das mulheres de povos e comunidades tradicionais deverão participar da elaboração dos planos de metas, usando todos os meios disponíveis para a proteção integral das mulheres indígenas contra práticas que atentem contra a vida, a saúde e a integridade físico-psíquica. Tramitação: CSP e terminativo na CDH. - Em 10/12/2024, a matéria recebeu Parecer favorável da CSP.
7	PL 3608/2024 Ementa: Faculta ao contribuinte pessoa física efetuar, diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, tantas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso quantas forem as quotas do imposto a pagar que indicar. Autoria: Senador Beto Martins [tramitação] Não Terminativo	Senador Jorge Seif	Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.	O PL objetiva possibilitar ao contribuinte pessoa física efetuar, diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, tantas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso quantas forem as quotas do imposto a pagar que indicar. O relator é favorável à matéria, na forma do substitutivo que apresenta, para: a) adequar a ementa e o art. 1º do PL ao disposto na LCP 95/1998; e b) substituir o verbo “dever” para “poder” no § 3º dos arts. 2º e 3º deste projeto. Tramitação: CDH e terminativo na CAE.
8	PL 5018/2024 Ementa: Altera o art. 25 da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para aumentar a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência decretadas em favor de criança e adolescente. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Alessandro Vieira	Favorável ao projeto.	O PL objetiva alterar o art. 25 da Lei 14.344/2022, para aumentar a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência decretadas em favor de criança e adolescente. A pena, que atualmente é de detenção, de 3 meses a 2 anos, passaria a ser de reclusão, de 2 a 5 anos, e multa. Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.
9	PDL 723/2019 Ementa: Autoriza, nos termos dos arts. 176 §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina. Autoria: Senador Jorginho Mello [tramitação] Não Terminativo	Senador Jorge Seif	Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.	O PDL visa a autorizar nos termos dos arts. 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal, a construção de uma pequena central hidrelétrica (PCH) no Rio Irani, dentro das Terras Indígenas Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina. A autorização se dará após estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e outros necessários, incluindo estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e estudo de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas localizadas na área de influência do empreendimento. O PDL condiciona o empreendimento à participação dos indígenas no resultado, à compensação dos danos sociais e ambientais suportados pela comunidade e a

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				outras medidas de proteção e promoção do direito dos indígenas à reprodução física e cultural, porventura fixadas pelo órgão indigenista. O relator é favorável à matéria com emenda de ajuste redacional, para atualização terminológica. Tramitação: CDH e CI.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.
Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.